

PORTO & MAR

BNDES quer autonomia de gestão para Santos

MATHEUS MÜLLER

DA REDAÇÃO

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), contratado pelo Governo Federal para estudar projetos de desestatização dos portos de Santos e São Sebastião (no Litoral Norte do Estado), trabalha com o modelo de *Private Landlord* como base para a futura gestão privada do complexo santista.

Atualmente, no Brasil, o modelo utilizado nos portos é o *Landlord Port*, em que a propriedade da terra e a administração é pública e a operação, privada.

“(O *Private Landlord*) é o *Landlord Port*, mas sob gestão e controle acionário privado. A gente quer chegar de fato a ter um ativo com bastante autonomia e capacidade de execução. Ao falar sobre os portos que são referências, lembramos de Roterdã (Países Baixos), Antuérpia (Bélgica) ou dos portos asiáticos e, na verdade, o que enxergamos nesses portos todos é que eles têm uma autonomia de gestão que é essencial”, disse o

REGULAÇÃO

Aroeira informou que, apesar de a futura administração do Porto de Santos ficar a cargo de uma concessionária privada, ela vai estar sob uma regulação “muito estrita e rígida”, vai ter que cumprir uma série de indicadores, serviços, obrigações de investimento. “O que queremos é trazer a eficiência do gestor privado”, destacou.

superintendente de Estruturação de Parcerias de Investimentos do BNDES, Cleverson Aroeira, convidado do webinar *Porto & Mar 2020 A desestatização dos portos brasileiros*.

O evento foi realizado na tarde de ontem pelo Grupo *Tribuna*, na plataforma Zoom. E foi mediado pelo editor de *Porto & Mar* de A *Tribuna*, Leopoldo Figueiredo, que, entre os diversos assuntos ligados à desestatização, levantou questões como o modelo que tem sido estudado para o Porto de Santos, a relação público/privado na gestão,



CARLOS NOGUEIRA

Navio deixa o Porto de Santos: BNDES prepara a contratação dos estudos de desestatização do complexo

definições de tarifas e eventuais conflitos com o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ).

Sobre o modelo de concessão para a desestatização do Porto de Santos, Aroeira apontou que, entre todas as possibilidades debatidas, o cenário que tem sido considerado como base é o mode-

lo de *Private Landlord*.

No Brasil, segundo ele, o atual modelo, o *Landlord Port*, traz uma série de amarras. “O controle acionário público dificulta a atuação desse *Landlord Port* com a autonomia que ele precisa. Tira flexibilidade, exige cumprimento de uma série de normas. E is-

so, de fato, traz uma série de dificuldades para um gestor de um negócio que precisa ser muito dinâmico”.

O superintendente do BNDES ressalta que “infelizmente o (atual) modelo se esgotou”. “Ele não permite que o maior ativo portuário se desenvolva de forma eficiente. A grande oportu-

nidade é trazer eficiência e flexibilidade para a Autoridade Portuária e levar Santos para onde Santos pode chegar, e eu acho que é bem longe”.

Os estudos para a desestatização dos portos de Santos e São Sebastião devem ser contratados no próximo mês, acredita Cleverson Aroeira. Atualmente, o BNDES analisa as propostas apresentadas por sete consórcios, formados por 38 empresas, para realizarem avaliações, que devem ser concluídas até agosto de 2021. O leilão para a privatização deve ser feito em março de 2022.

“Nossa expectativa é manter o cronograma original que o governo tem trabalhado. Sabemos que é desafiador, mas não podemos perder tempo”, disse o superintendente do BNDES.

LEIA+ 
atribuna.com.br